

A atual crise do capitalismo, os aspectos políticos da austeridade e seus reflexos no Brasil

Gustavo Souto de Noronha noronha.gustavo@gmail.com

Economista. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Brasil

Socialismo ou barbárie, o pano de fundo

Oito bilionários possuem tanta riqueza quanto 3,6 bilhões de pessoas no planeta. O 1% mais rico possui mais riqueza que os outros 99%. Nos próximos 20 anos, 500 pessoas passarão mais de US\$ 2,1 trilhões para seus herdeiros, mais que o PIB da Índia com seus 1,2 bilhão de habitantes. Enquanto a renda dos 10% mais pobres aumentou cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, do 1% mais rico cresceu cerca de US\$ 11.800, 182 vezes mais. Um diretor executivo de qualquer uma das 100 companhias com maior valor de mercado da Bolsa de Londres ganha o mesmo em um ano que 10.000 pessoas que trabalham em fábricas de vestuário em Bangladesh. Uma pesquisa recente realizada pelo economista Thomas Piketty nos Estados Unidos revela que, nos últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres permaneceu inalterada em face de um aumento de 300% do 1% mais rico. O homem mais rico do Vietnã ganha mais em um dia do que a pessoa mais pobre ganha em dez anos. (OXFAM, 2017)

Piketty (2014) demonstra através de séries históricas seculares que a desigualdade é inerente ao capitalismo. Com base em pressupostos plausíveis (que os ricos poupem o suficiente) a proporção entre riqueza herdada e renda (ou salários) continuará a crescer desde que a taxa média de retorno do capital exceda a taxa de crescimento da economia como um todo. Ele sustenta que esse é o padrão histórico, exceto durante a primeira metade do Século XX, quando tivemos duas guerras mundiais e a revolução russa. Deste modo, vivemos num modelo no qual a desigualdade crescerá a níveis nunca antes vividos. Os argumentos de Piketty reforçam o questionamento de que os modelos neoclássicos tendem a desconsiderar a alocação inicial dos fatores. Ou seja, se começamos desiguais, seremos cada vez mais desiguais.

Os atuais padrões de consumo da humanidade são insustentáveis. Anualmente, cerca de um terço de toda a produção mundial de alimentos (1,3 bilhão de toneladas com valor estimado de US\$ 1

trilhão) é desperdiçada. A degradação das terras, o declínio da fertilidade do solo, o uso insustentável da água, a pesca predatória e a degradação do ambiente marinho estão deteriorando a capacidade de atendimento da oferta de alimentos baseada no uso dos recursos naturais. Para uma população de 9,6 bilhões de pessoas em 2050 seriam necessários mais três planetas para garantir a provisão de recursos naturais para manter o atual estilo de vida, com todas suas disparidades. Menos de 3% das reservas de água do mundo é potável, dos quais 2,5% encontra-se congelada nas regiões ártica, antártica e em geleiras, ainda assim a humanidade polui as fontes de recursos hídricos mais rapidamente que a capacidade natural de recuperação de rios e lagos. Ao mesmo tempo que o uso excessivo de água contribui para a escassez hídrica, um bilhão de pessoas não tem acesso à água potável. O consumo energético nos países da OCDE crescerá 35% até 2020 e, apesar dos ganhos tecnológicos que tem promovido ganhos de eficiência, apenas um quinto da energia utilizada no mundo em 2013 foi de fontes renováveis (UNITED NATIONS, 2015). Os Estados Unidos, com menos de 5% da população mundial, consome um quarto das reservas globais de combustíveis fósseis – 25% do carvão mineral, 26% do petróleo e 27% do gás natural (Worldwatch Institute, 2011).

A vida da nossa espécie encontra-se ameaçada. Os impactos das atividades humanas influem no equilíbrio ecológico que permite a sobrevivência da espécie humana. Ou seja, não devemos ser ecologistas apenas por querer preservar o mico-leão-dourado, o urso panda, a baraúna ou o pau-brasil, mas principalmente pelo instinto de autopreservação da espécie.

Dito isto, lembramos que o capital vai sempre criar necessidades irrelevantes. Devemos sempre lembrar que na atual lógica os produtos vão se tornando rapidamente obsoletos e nos vemos obrigados a consumir para nós não ficarmos obsoletos. A cada ano lança-se um novo aparelho de telefonia móvel e, mesmo com o anterior funcionando perfeitamente, as pessoas sentem-se impelidas ao consumo e compram os modelos de última geração.

É exatamente o modo de produção que permite o atual padrão de consumo que devasta nossas florestas e seca nossos rios, enfim, tem destruído o planeta e seus recursos naturais. Compromete assim o ciclo de chuvas, fertilidade do solo e, por consequência, a própria produção de alimentos para a população. As terras agriculturáveis vão se esgotando no atual modo de produzir e seu avanço sobre as florestas nas fronteiras agrícolas, ainda que alguém concorde que possa aumentar a produção de alimentos no curto prazo, não se sustenta no longo prazo. O próprio padrão de produção agrícola hoje esgota o solo com suas monoculturas e envenena a terra, a água e os alimentos que consumimos.

Friedrich Engels (*apud* Rosa de Luxemburgo, 2009) nos ensinou algo que, se podia não estar claro à época, hoje é límpido: “*A sociedade burguesa se encontra diante de um dilema: ou avanço para o socialismo ou recaída na barbárie.*” Vivemos tempos difíceis, tempos de crise financeira, que na verdade vem se mostrando uma das mais profundas e resilientes crises econômicas do capitalismo, cujo futuro é imprevisível.

Não nos parece possível uma saída da crise sem a reversão do modo de ser da sociedade capitalista, o crescimento econômico como equação linear não resolve. Mas a crise não é apenas econômica, é alimentar, energética e ecológica. É uma crise do atual sistema político e econômico.

Não por outra razão que o dilema socialismo ou barbárie, de fundamental importância para qualquer discussão política desde o século XIX, está mais atual que nunca. O padrão de produção, distribuição, acumulação e consumo hoje existente nas nações europeias e americanas do norte não é reproduzível para o conjunto das pessoas do mundo.

Vivenciamos uma crise ecológica sem precedentes e, mais uma vez, precisamos voltar aos clássicos e atentar ao que Marx já colocou em O Capital:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, (...), à terra, [perturba] portanto a eterna condição natural da fertilidade do solo. (...) E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. (MARX, 1996: p. 132 e 133)

Para evitar a barbárie, que, aliás, já se abate em várias partes do mundo, há que se agregar a defesa do planeta como parte indissociável da luta pelo socialismo. As crises econômica, energética, alimentar e ecológica decorrem do insustentável padrão de consumo imposto pelo capitalismo.

O mundo em desencanto

Desde a queda da União Soviética, o capitalismo liberal triunfava solitário. Se antes, com a sombra do socialismo real, eram necessárias concessões na forma de um estado do Bem-Estar Social e da macroeconomia Keynesiana, removida esta ameaça, pode o neoliberalismo triunfar. Até que diante da crise de 2008, todas as certezas econômicas foram removidas porque estas ideias se sustentavam em mentiras.

Até então, todos aqueles que criticavam as verdades estabelecidas no paradigma dominante na macroeconomia eram vistos com bastante desconfiança. Desde então sucessivas autocríticas têm sido feitas por economistas do chamado *mainstream* econômico. A mais notável veio de Paul Romer, economista referenciado do campo conservador que argumenta que a falta de espírito científico dos economistas fez com que um macroeconomista médio de hoje saiba menos que seu equivalente de trinta anos atrás.

Romer (2016) coloca neste texto algumas questões que deveriam nos fazer refletir. O problema não seria o fato de os macroeconomistas dizerem coisas inconsistentes com os fatos. O verdadeiro

problema seria que outros economistas não se importariam de os macroeconomistas não se preocuparem com os fatos. Nas palavras de Romer, em tradução livre: “uma tolerância indiferente ao erro óbvio é ainda mais corrosiva para a ciência do que a defesa comprometida do erro”.

Ele prossegue afirmando que a ciência e o espírito da iluminação são as realizações humanas mais importantes e que importam mais do que os sentimentos de qualquer um de nós. Romer (2016, p. 22) coloca, mais uma vez em tradução livre:

Você não pode compartilhar meu compromisso com a ciência, mas pergunte a si mesmo: Você quer que seu filho seja tratado por um médico mais comprometido com seu amigo antivacinação e seu outro amigo homeopata do que com a ciência médica? Se não, por que você deve esperar que as pessoas que querem respostas continuem prestando atenção aos economistas depois de aprenderem que estamos mais comprometidos com os amigos do que com os fatos?

O que Romer não aborda é justamente a questão ideológica por trás da defesa de determinados conceitos teóricos. Talvez, o posicionamento que ele critica em diversos de seus amigos e que estes não veem em outros amigos seja porque estão contaminados por certas crenças. Dos resultados da gestão de política econômica sempre há ganhadores e perdedores, a grande mentira que nos contam é que seria uma decisão técnica, não é, é política.

De forma simplificada, não estaria errado afirmar que o debate econômico nas sociedades atuais se concentra entre uma maior ou menor intervenção do Estado na economia. Há ainda a subjacente discussão sobre a construção de um estado de bem-estar social com um sistema de seguridade social que proteja a população do desemprego e da perda da capacidade de trabalho (por doença ou velhice). As diversas sociedades se organizam em sistemas políticos que pendem entre uma ou outra opção, podendo variar conforme o tempo.

Um dos grandes paradigmas para o estabelecimento efetivo de uma sociedade onde o Estado garanta o bem-estar social sempre foi sua capacidade de financiar o sistema de seguridade e garantir serviços públicos básicos como saúde e educação. Uma controvérsia retórica muito bem alimentada pela direita liberal através do mantra de que o “o governo não pode gastar mais do que arrecada”.

Kalecki (2015) afirmou na abertura de seu “Aspectos Políticos do Pleno Emprego” que uma maioria consolidada dos economistas já seria da opinião de que, mesmo em um sistema capitalista, o pleno emprego poderia ser assegurado por um programa de gastos do governo, desde que houvesse um plano adequado para empregar toda a força de trabalho existente, e desde que a oferta de matérias-primas estrangeiras necessárias pudesse ser obtida em troca de exportações. Excetuando aqueles economistas que ingressaram no sacerdócio do Deus Mercado, Kalecki continua correto.

No mesmo texto, Kalecki continua e coloca que apesar da maioria dos economistas concordarem que o pleno emprego poderia ser alcançado pelos gastos do governo, não teria sido este o caso, mesmo

no passado recente. Kalecki (2015) menciona como opositores da doutrina do pleno emprego “prominentes e autointitulados ‘especialistas econômicos’ estreitamente ligados à banca e à indústria”. Torna-se evidente, portanto, que as razões de natureza política prevalecem na defesa de políticas de austeridade pelo mundo. Kalecki apresenta três razões de ordem política para que os governos não atuem na direção do pleno emprego.

Primeiro, a argumentação de que num sistema de livre mercado o nível de emprego depende sobretudo da confiança dos agentes. “Isso dá aos capitalistas”, segundo Kalecki (2015), “um poderoso controle indireto sobre a política governamental: tudo o que pode abalar o estado de confiança deve ser evitado porque isso causaria uma crise econômica”. Deste modo, a doutrina que hoje conhecemos como da responsabilidade fiscal (segundo seus autores) ou austericídio (de acordo com os críticos) tem a função de garantir que o nível de emprego dependa do estado de confiança de forma a manter o Estado refém dos capitalistas.

A segunda razão das oposições políticas advém da direção do gasto público. Primeiro, se o investimento público ocorre em qualquer direção onde o capital possa competir com o Estado ele não será bem-vindo, ou, na melhor das hipóteses, será aceito de forma precária. Um sistema público de saúde eficiente e funcional elimina, por exemplo, o mercado de planos de saúde, o mesmo se aplica a educação pública em contraponto ao ensino privado ou a existência de empresas estatais que concorrem (ou monopolizam) nos mais diversos mercados.

Ainda na direção do dispêndio público, mesmo os subsídios ao consumo de massa (transferências às famílias, subsídios à bens de primeira necessidade, etc.) não são bem vistos. Mesmo não embarcando em qualquer tipo de empreendimento e ainda aumentando o lucro das empresas, Kalecki nos alerta que a oposição a este tipo de gasto costuma ser mais violenta que ao investimento público pois neste caso, está em jogo um dos princípios morais basilares do sistema capitalista, “você deve ganhar o seu pão com seu suor”.

Por fim, a terceira e última razão para os capitalistas se oporem a qualquer política de pleno emprego são as eventuais mudanças políticas e sociais dele decorrentes. O natural empoderamento da classe trabalhadora num regime onde a demissão não teria mais o seu caráter disciplinador. O poder de barganha e a consciência de classe do trabalhador aumentariam, seriam naturais o aumento das greves e do tensionamento político. Ainda que com maiores rendimentos, Kalecki (2015) nos coloca que

a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política” são mais apreciadas do que os lucros pelos líderes empresariais. Seu instinto de classe lhes diz que um pleno emprego duradouro é inaceitável a partir do seu ponto de vista, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista “normal”.

Em outras palavras, é preciso desemprego para colocar a classe trabalhadora no seu devido lugar.

Kalecki continua lembrando que somente os fascismos podem remover as objeções do capital ao pleno emprego. A confiança se garante porque no fascismo não há próximo governo (ainda que eventualmente haja simulacros de sucessão entre as elites), os gastos públicos se concentrariam na indústria bélica (poderíamos atualizar para os setores de grande interesse do capital) e a repressão garante a “disciplina nas fábricas” e a “estabilidade política”.

Caso se mantenha por um longo período um governo que busque o pleno emprego, certamente haverá uma aliança entre a indústria e banca para desmontar este tipo de política. Kalecki profetiza que “há de se encontrar mais de um economista para declarar que a situação era manifestamente frágil”. Este conjunto de forças necessariamente induziria uma guinada rumo a uma política ortodoxa para reduzir os déficits orçamentários. Somente na recessão subsequente os gastos governamentais voltariam a ser aceitos.

Kalecki conclui seu texto dizendo que: “Se o capitalismo puder se ajustar ao pleno emprego, uma reforma fundamental terá sido incorporada nele. Caso contrário, se mostrará um sistema ultrapassado que deverá ser descartado”.

As digressões dele foram feitas numa palestra dada à Sociedade Marshall, em Cambridge, na primavera de 1942. A história nos mostrou que o capitalismo não apenas não incorporou o pleno emprego como direcionador das políticas econômicas, como também vem se constituindo num sistema devastador para todo planeta.

Assim, retomamos ao fim da União Soviética, que coloca como estratégia única no campo da esquerda a realização de pequenos ajustes na economia de mercado de forma a remediar o caráter devastador do capitalismo. Sem o contraponto do bloco comunista não haveria razão para as concessões do capital referentes ao Estado do Bem-Estar Social e a intervenção econômica de inspiração keynesiana. O reformismo na esquerda francesa e espanhola já apresentava a experiência do social liberalismo com Mitterrand e Felipe González antes mesmo do colapso soviético. Começava-se assim o melhorismo como agenda central no campo da esquerda, colocando tanto reformistas como revolucionários no mesmo espectro *radical* da política.

“Tudo que era tido como sólido e estável se desmancha no ar, tudo quanto era sagrado é profanado, e os homens são obrigados, enfim, a encarar de frente, sem ilusões, suas condições de existência e sua relação recíproca” (MARX e ENGELS, 1998, p. 55). A crise de 2008 desmancha no ar as sólidas análises das agências de classificação de risco e desmistifica a utopia neoliberal. Não há mais a ameaça comunista, mas o capitalismo fica nu.

Ainda assim, os governos, à direita e à esquerda, seguem pacotes de austeridade em busca a atender o pagamento cada vez mais insustentável das dívidas públicas. Entretanto, o estudo de Reinhart e Rogoff (2010a e 2010b) que sustentava a retórica dos limites do endividamento público e seus

impactos no crescimento econômico demonstrou-se um dos grandes erros da economia moderna (CASSIDY, 2013; HERDON et alli, 2013; O'BRIEN, 2013).

O resultado foi, em escalas diferentes nos distintos países, o afloramento de crises de hegemonia no sentido gramsciano, na qual as classes sociais se dissociaram dos partidos que as representavam, não mais se sentiam representadas por aqueles que deveriam ser seus representantes. Neste quadro,

a classe dominante perdeu seu consenso, isto é, não é “dirigente”, mas apenas “dominante”, exercendo apenas a força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se separaram de suas ideologias tradicionais e não mais creem no que costumavam crer anteriormente, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece. (Gramsci, 1971: 275-276).

O socialismo ressurgue, a distopia fascista também

O fracasso neoliberal traz junto a descrença na política dele decorrente. O pacote do Estado mínimo poderia ser atribuído tanto a partidos no amplo espectro político da centro-esquerda à centro-direita. Este quadro leva às populações a soluções cada vez mais radicais e, eventualmente, novas decepções. Um caso exemplar foi a estrondosa vitória do Syriza na Grécia, seguida pelo rotundo não no referendo sobre o acordo da Troika e encerrada na capitulação da Coligação da Esquerda Radical ao pacote de austeridade. A repercussão internacional trouxe para parte da esquerda a percepção de que não haveria saída.

Entretanto, a renovação da liderança do Partido Trabalhista inglês com Jeremy Corbin e a ascensão de Bernie Sanders no Partido Democrata nos EUA recolocam na ordem do dia a discussão do socialismo. Há outros sinais. As prévias do Partido Socialista na França escolheram Benoit Hamon como seu candidato presidencial, as posições de Hanon estão mais próximas da esquerda radical liderada por Jean-Luc Mélenchon do que das demais alas de seu próprio partido que anda em descrédito. Portugal hoje está sob o governo de uma aliança de partidos da esquerda e da centro-esquerda.

O ressurgir do espantinho do socialismo nos faz lembrar das palavras de Bertolt Brecht, “não há nada mais parecido a um fascista do que um burguês assustado”. Há um crescimento registrado por diversos analistas da extrema-direita na Europa. Para ficar em alguns exemplos: o Brexit, apesar de apoios pontuais de grupos de esquerda, foi liderado pelo partido xenófobo UKIP; a França vê a figura de Marine Le Pen liderar as pesquisas presidenciais; e a Áustria viveu uma apertada vitória do candidato ecologista, Alexander Van der Bellen, com 53,6% dos votos contra 46,4% de Hofer, o candidato da extrema-direita. O cenário é tão assustador que levou o Papa Francisco a traçar paralelos entre o populismo na Europa e a ascensão de Hitler (DEUTSCHE WELLE, 2017).

Não fosse suficientemente aterrador o cenário, Donald Trump, com seu discurso muito semelhante a tudo que foi documentado sobre o fascismo, não apenas foi eleito presidente dos EUA como seu governo inicia com uma postura racista e bélica tal qual o líder nazista. Steve Bannon, ideólogo e um dos principais assessores do presidente estadunidense, já anuncia como inevitável um conflito armado com a China (THE GUARDIAN, 2017). Bannon, aliás, mostra-se uma figura no mínimo controversa e que tem entre suas referências um dos inspiradores do fascismo na Itália, Julius Evola (HOROWITZ, 2017). Nem mesmo o Estado Islâmico, que é apontado pela grande mídia como a grande ameaça civilizatória ao ocidente tem crescido tão rápido nas redes sociais quanto os movimentos supremacistas brancos de acordo com um estudo do Programa sobre Extremismos da Universidade George Washington (BERGER, 2016).

O ressurgimento da ameaça fascista, nos remete ao pesquisador Robert Paxton (1998), que apresenta os cinco estágios para ascensão do fascismo. Numa ampla análise de como o fascismo ascende, Paxton nos recomenda três questionamentos que devemos fazer sobre os movimentos neo ou protofascistas. Se respondidos positivamente, significaria que estes movimentos estariam a superar um estágio nos quais se tornaria impossível detê-los:

1. Eles estão se tornando enraizados em partidos que representam grandes interesses e sentimentos e conseguem ampla influência na cena política?
2. O sistema econômico e constitucional está num estado de bloqueio aparentemente insolúvel pelas autoridades existentes?
3. Uma rápida mobilização política está ameaçando sair do controle das elites tradicionais ao ponto que elas busquem ajuda para manter a ordem?

Se na segunda guerra mundial, o fascismo foi derrotado por uma coligação de potências mesmo após sua bem-sucedida ascensão na Alemanha e na Itália, o cenário atual parece muito mais complicado. Não apenas estamos diante da ascensão do fascismo na única superpotência do mundo, como a aproximação com a Rússia coloca o antigo rival e dono do segundo maior arsenal nuclear do mundo como aliado estratégico dos EUA. As perspectivas, no que depender do tabuleiro geopolítico, não são das mais alvissareiras.

Melhorismo no Brasil, as reformas que não vieram

Houve um tempo que o debate central na esquerda girava entre reforma e revolução. As circunstâncias mudaram a tal ponto que hoje reformistas e revolucionários encontram-se lado a lado, pois diversos setores da esquerda abandonaram até mesmo o reformismo em prol do melhorismo. Me-

lhorismo este que começou a se consolidar na esquerda com os governos de François Mitterrand na França e Felipe Gonzalez na Espanha e acabou por se transformar em corrente hegemônica com o colapso soviético. Hoje, ser reformista, defender reformas radicais no sistema capitalista, parece até uma postura profundamente revolucionária.

A Constituição Brasileira de 1988, apesar de não ser revolucionária, incorpora importantes pontos de reforma e que contrapõem a lógica de mercado prevalecente nas sociedades capitalistas e que visam construir uma sociedade mais justa e fraterna. Mesmo não tendo saído do papel em muitos dos seus aspectos mais relevantes, o texto constitucional têm sido alvo de sistemáticos ataques da direita apenas pelas possibilidades que ele abre.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo abriu a perspectiva de implementação efetiva de muitos dos direitos previstos na Constituição. Ainda que muitos pontos tenham avançado no período da gestão petista, não custa recordar que uma das primeiras medidas anunciadas ainda no início do primeiro governo Lula foi uma reforma da previdência que resultou no racha que deu origem ao Partido Socialismo e Liberdade, principal partido de oposição à esquerda dos governos petistas.

Importante destacar que não se passa um ano no Brasil em que a seguridade social não sofra ataques. Sob o falso argumento do déficit da previdência (FAGNANI, 2015; GENTIL, 2006) foram feitas diversas reformas no sistema da previdência desde a promulgação da Constituição (QUEIROZ, 2016). Antes mesmo que os efeitos das últimas alterações sejam sentidos pelos trabalhadores, o governo Temer encaminhou mais uma proposta de reforma (SIMÃO, 2016). Apesar de todas as críticas feitas por muitos setores petistas, a adesão do partido ao melhorismo foi de tal ordem que, sob o pretexto de se manter as conquistas melhoristas dos últimos anos, uma possível reforma foi pautada logo no início do segundo Governo Dilma. O ex-ministro da fazenda, Joaquim Levy, anunciava uma nova reforma da previdência como “essencial” para dar suporte ao ajuste fiscal (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

O melhorismo dos governos do PT propiciou um salto de qualidade nas condições de vida dos trabalhadores do Brasil. Entre as diversas políticas sociais do período petista, damos destaque ao aumento real do salário-mínimo com importantes impactos na redução das desigualdades e na manutenção da atividade econômica (DIEESE, 2015). Entretanto, se essa melhora na vida das pessoas permanece sob constante ameaça por desajustes na condução da macroeconomia ou por uma possível vitória da oposição de direita é porque as reformas que interessam à classe trabalhadora não foram feitas.

Discutiu-se, principalmente no segundo e breve governo Dilma, o saneamento das contas públicas. Entretanto, a presidenta vetou a auditoria da dívida pública (ainda que pouco relevante do ponto de vista econômico, fundamental na perspectiva política) e não adotou qualquer iniciativa de reforma tributária que buscasse a tributação sobre lucro, grandes fortunas, patrimônio e herança.

Do lado das despesas correntes do governo federal, não houve reversão no período petista da gestão da política monetária e o pagamento de juros e encargos da dívida seguiram consumindo um orçamento maior que saúde, educação, assistência social, infraestrutura, defesa e política agrária.

Um dos grandes avanços do governo do PT foi o aumento expressivo do número de instituições federais de ensino técnico e superior. Por outro lado, apesar da importante expansão do ensino superior público, houve um crescimento ainda maior do ensino privado amparado no FIES e PROUNI que fortaleceram uma visão mercadológica do ensino.

Os avanços tecnológicos permitem tranquilamente uma jornada de 30 horas semanais com efeitos positivos inclusive no nível de emprego. Entretanto, mesmo quando o país esteve próximo ao pleno emprego, não houve propostas de avanços nos direitos trabalhistas como redução da jornada de trabalho. A pauta que poderia ter sido uma ofensiva da classe trabalhadora no período de Lula e Dilma, transformou-se numa luta de resistência após o golpe com as propostas de retiradas de direitos aventadas pelo governo Temer.

Junho de 2013 deixou clara a necessidade de se colocar no debate a reforma urbana. A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, cujo legado poderia ter catalisado esta discussão, não apenas foram oportunidades desperdiçadas, como também serviram de oportunidade para uma gentrificação tanto do futebol quanto dos espaços urbanos.

É preciso reconhecer que o Minha Casa, Minha Vida foi um dos maiores programas habitacionais do mundo. Todavia, o crescimento de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) demonstra que o déficit habitacional está longe de ser resolvido. Ademais, muitas das unidades habitacionais não funcionaram como vetores de uma real melhoria das condições de vida da população mais pobre, mas representaram o seu isolamento em locais distantes e com escassas conexões urbanas.

Um relatório da OXFAM divulgado em novembro de 2016 confirma que o índice Gini de concentração da terra no Brasil não se reduziu nos últimos anos, ao contrário, que a concentração da terra aumentou, de acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 (OXFAM, 2016). O Brasil inventou, caso único no mundo, a reforma agrária perene.

Os dados do Censo também apontam um contingente de 809.811 produtores rurais sem terra e 1.049.000 produtores com minifúndios inferiores a dois hectares. Muito além do público ligado aos movimentos sociais, estimado em pouco mais de 100 mil famílias acampadas, essa é a demanda existente hoje no país onde menos de 1% dos estabelecimentos rurais concentram 45% de toda a área rural (IBGE, 2012).

Uma das afirmações recorrentes daqueles que criticam o programa de reforma agrária brasileira é que teríamos o maior programa de distribuição de terras do mundo, com 88 milhões de hectares já distribuídos em assentamentos da reforma agrária. Ignoram propositalmente que a maior parte está

situada na Amazônia Legal em áreas que, apesar de formalmente estarem incorporadas pelo INCRA como áreas reformadas, não passam de reconhecimento e titulação de populações tradicionais que já viviam na região ou assentamento de famílias em terras públicas. Políticas fundamentais de inclusão de um segmento marginalizado do povo brasileiro, mas que não podem ser chamadas de reforma agrária.

Se a falta das reformas não foi a causa do golpe que destituiu a presidenta Dilma, talvez seja o fato que melhor explique a passividade do povo para resistir o assalto ao poder comandado pela burguesia e seus partidos auxiliares (mídia, PMDB, PSDB e outros menores).

As cicatrizes de junho

Apesar de ninguém ter exatamente compreendido o processo político de junho de 2013, parece consensual entre muitos analistas marcar ali o início da crise política que resultou no golpe de 2016. É inclusive importante destacar, como o faz Jessé de Souza (2016), o papel da mídia na mudança de narrativa daquelas manifestações.

Naquele momento abriu-se uma janela para um aprofundamento da democracia e para um diálogo aberto com aqueles movimentos cujas pautas apontavam claramente para a esquerda: inicialmente passe livre, mas depois melhoria nos serviços públicos de saúde e educação.

Ainda que inicialmente o governo tenha tentado responder a estas demandas, a reação mais marcante foi a coordenação pelo governo federal através do ministério da justiça das ações de repressão. Opção muito bem recepcionada pelos governos estaduais, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas não só.

Naquele momento também surgiram dois fenômenos incomuns à realidade brasileira. Apareceram pela primeira vez em manifestações no país grupos anarquistas adeptos da tática do Black Bloc. Sem entrar no mérito da tática, a utilização de máscaras torna mais fácil a infiltração por agentes provocadores como demonstraram alguns vídeos. E assustadoramente também começou a surgir uma certa postura fascista de agressões a militantes de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

Romantizado por alguns setores da esquerda menos ortodoxos, mas criticado pela esquerda mais tradicional principalmente pelos fenômenos acima descrito, junho de 2013 jamais foi adequadamente compreendido. Enquanto isso, no campo da direita, os mais extremistas iam as ruas disputar espaços, mas o establishment conservador, assustado com o que se passava, também percebia ali uma fratura no projeto neodesenvolvimentista capitaneado pelo PT. A mídia, como porta-voz das elites tradicionais, inciou então os incessantes ataques, nem sempre baseados em fatos, com um objetivo central: *delenda* PT e, junto com o partido, tudo que representasse o imaginário da esquerda, inclusive as organizações que então faziam oposição à esquerda ao governo petista.

As ruas então esfriaram, mas deixaram como legado a lei antiterrorismo (BRASIL, 2016) proposta pelo governo federal temeroso pelo possível impacto das manifestações nos grandes eventos. A redação com que foi aprovada em 2016 associada a lei das organizações criminosas (BRASIL, 2013) parece uma combinação perfeita para a criminalização dos movimentos sociais e das lutas da classe trabalhadora.

Vieram as eleições e a coalização liderada pelo PT sinalizou claramente que aprofundaria o projeto neodesenvolvimentista justamente na direção das grandes demandas apresentadas nas ruas em 2013. Qual não foi a surpresa quando o governo faz a opção política de incorporar a agenda econômica da oposição de direita derrotada no segundo turno. A escolha não traz os apoiadores do adversário e corrói a base social de apoio ao governo.

Consolida-se então a clássica crise de hegemonia no sentido Gramsciano com uma separação das grandes massas de suas ideologias tradicionais e o abandono de suas crenças anteriores (GRAMSCI, 1971). Os representados da nossa democracia não mais se enxergam em seus representantes. Neste momento a grande mídia assume a liderança da classe dominante e impõe sua pauta. Por outro lado, a desconfiança da base social traída nas eleições dificulta a superação dos sectarismos e ampliação das alianças na classe dominada de forma a se articular para tentar assumir como nova classe dominante.

Aqueles que poderiam ser a vanguarda da reação pelo campo da esquerda são os jovens que foram as ruas em junho de 2013 por mais direitos. Entretanto, sob muitos deles recai o peso da justiça burguesa que se não respeita as garantias constitucionais de um ex-presidente, o que dirá de moleques anônimos. Outros tantos permaneceram quietos diante das inaceitáveis concessões do governo à direita com o gradativo desmonte de tudo que foi construído nos primeiros mandatos do PT. São as cicatrizes de junho.

A crise de hegemonia, o fascismo e o golpe de 2016

Nas eleições presidenciais de 2016, mais que em outras, foi estabelecido um forte debate sobre a condução da política econômica, quando manifestos foram lançados por economistas de distintas visões, cada qual apoiando uma candidatura.

Um grupo mais liberal, apoiador da candidatura de Aécio Neves no segundo turno, formado pelos que Kalecki (2015) chamou de “proeminentes e autointitulados ‘especialistas econômicos’ estreitamente ligados à banca e à indústria”, criticava a condução da política econômica (ROMEIRO et alli, 2014). O argumento central deste grupo poderia ser resumido na deterioração da confiança dos agentes do mercado, as soluções apresentadas se sustentam no mito da fada da confiança¹.

1 Para entender o mito da Fada da Confiança e a morte deste conto de fadas, ver Krugman (2012).

Por outro lado, economistas da vertente de pensamento mais desenvolvimentista defenderam a reeleição da presidente Dilma contra o “retorno às políticas econômicas do passado, que se voltavam apenas para uma parcela da população e, diante dos problemas, impunham à maioria o preço da recessão, do desemprego, do arrocho salarial e do corte dos investimentos sociais” (TAVARES et alii, 2014).

Alguns meses depois do início do segundo mandato da petista é sintomático que muitos economistas tenham trocado de lado. Os que antes criticavam a condução da política econômica do governo passam a aplaudir e aqueles que se postaram a favor da presidente adotaram um posicionamento crítico à gestão da economia.

O ajuste fiscal do governo Dilma representava justamente a agenda derrotada nas urnas, o que provocou uma confusão em grande parte da população brasileira. Naquele momento, governo e oposição de direita pareciam esquizofrênicos. Aqueles que diziam que o trabalhador não seria impactado com as medidas de rearranjo na economia adotaram uma estratégia para a economia que passava pela retirada de direitos. Em contrapartida, aqueles que defendiam exatamente este programa nas eleições agora criticaram o governo por fazer o que disseram que fariam. Obviamente que no desenrolar dos fatos, com o golpe, ambos os grupos voltaram às posições que defenderam durante o processo eleitoral.

Só quem manteve alguma coerência foi a significativamente minoritária oposição de esquerda (embora contassem com um apoio de alguns deputados da antiga base governista). Enfim, como os políticos não adotavam um discurso que os legitimava como representantes diante dos seus representados, reforçava-se a crise de representação.

Setores então governistas se alarmaram com a queda abrupta da popularidade da presidente Dilma e a atribuíram exclusivamente à campanha diuturna da mídia contra o governo e aos escândalos de corrupção. Ignoraram o óbvio, o povo não estava satisfeito com os rumos do país. Engana-se quem acredita que a falta de popularidade decorria dos escândalos de corrupção. Sua causa central era a implementação da agenda rejeitada nas urnas, aprofundada após o golpe e ascensão de Temer.

O golpismo que se pavimentou nestas circunstâncias foi fomentado por aqueles que sistematicamente sabotaram o desenvolvimento brasileiro, as elites paulistas. Assim o fizeram na revolta de 1932, que insistem em chamar de revolução constitucionalista, mas, na prática, uma contrarrevolução malsucedida. O suicídio de Vargas atrasou seu sucesso na segunda tentativa, nos anos 1950. Foram exitosos no golpe de 1964 com o fundamental apoio do governo de São Paulo à derrubada de João Goulart.

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência e prometeu encerrar a Era Vargas, foi a ascensão destes setores ao poder pela via democrática. Isto permitiu uma desestruturação sem precedentes do Estado Brasileiro associado ao velho projeto derrotado em 1932. Um projeto que

preconizava uma inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho sob hegemonia das elites primário-exportadoras e financeiras de São Paulo.

A ascensão de Lula e do PT construiu uma conciliação entre os interesses de entreguistas de São Paulo e uma estratégia mínima de desenvolvimento com inclusão social. Entretanto, José Luís Fiori (2015) nos lembra que a matriz teórico-ideológica originária do PT e do PSDB é mais ou menos a mesma: “paulista e democrática, mas, ao mesmo tempo, antiestatista, antinacionalista, antipopulista, e em última instância, também, antidesenvolvimentista”.

A tentativa limitada e malsucedida do governo Dilma de introduzir uma trajetória alternativa de desenvolvimento em seu primeiro mandato rompeu o pacto, acirrou os anseios golpistas desta elite e fez o governo se ajoelhar ao ajuste fiscal na ânsia de uma reconciliação que não veio. Ao contrário, acirrou-se a crise de hegemonia.

Neste ponto, Carlos Nelson Coutinho (1989) apontava que as crises de hegemonia poderiam apresentar diferentes desenlaces. Num curto prazo, a classe dominante manteria o seu status quo por meio da coerção e em médio prazo poderia ocorrer uma recomposição de sua hegemonia. Entretanto, caso as classes dominadas conseguíssem ampliar a aliança, evitando o sectarismo, elas poderiam subverter a ordem e assumir como nova classe dominante.

Em 2016 foi sacramentado o golpe de Estado. Um golpe escancarado como demonstraram os áudios de Romero Jucá divulgados no dia 23 de maio de 2016 e que ao observarmos o desenrolar dos fatos, parecem proféticos. Ainda assim, apesar de uma aparente retomada de controle pela classe dominante, a crise de hegemonia não se resolveu.

A lei antiterrorismo se assegurará de pôr toda manifestação sob controle. Possivelmente, muitos no campo da esquerda poderão vir a ser enquadrados como terroristas. Se a eventual revolta popular ameaçar sair do controle, não seria impensável uma vertente autoritária construir um golpe dentro do golpe.

Muitas análises demandavam uma autocrítica do que foi chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores. A capacidade de olhar para trás, analisar e assumir erros para que não se repitam, consiste numa tradição da esquerda, e é urgente e necessária. Foram cometidos erros tanto na condução da política quanto da economia, mas quem deve fazer este balanço é o partido. A autocrítica não pode ser tímida e oriunda apenas do corpo diretivo, como fez. Sem um amplo balanço a partir de suas bases, o PT, quando muito, será um partido secundário no campo da esquerda, o que não quer dizer que algum dos outros partidos vá assumir seu lugar como esperam alguns setores mais à esquerda.

A conjuntura política ainda ficará mais complicada porque os ataques das classes dominantes através da mídia corporativa à esquerda serão mais ferozes que em qualquer tempo. A crise de hegemonia está temporariamente resolvida por uma recomposição das classes dominantes. Os instrumentos de poder que o PT não apenas se furtou de usar como entregou aos golpistas, de acordo com áudios

do Jucá, serão usados em toda sua magnitude não apenas contra o PT, mas contra toda a esquerda. Um exemplo do que vem pela frente está representado na indicação do Ministro da Justiça de Temer, Alexandre Moraes, para ocupar a vaga no STF aberta com a morte de Teori Zavascki.

E se a crise por qualquer acaso não for resolvida, se fatos novos continuarem a pipocar de forma a tornar insustentável o governo golpista, não se iludam, a extrema direita vem sendo cuidadosamente preservada. Os movimentos sociais serão criminalizados dia sim, dia também. A esquerda em frangalhos dificilmente será capaz de capitalizar eventual insatisfação popular.

Por outro lado, os Bolsonaro com seus discursos fascistoídes já estão organizados no PSC, partido conservador cristão e representação política da Assembleia de Deus, a maior das igrejas evangélicas do Brasil. Flávio Bolsonaro teve quase 14% dos votos para prefeito do Rio de Janeiro e já surgiu a primeira pesquisa de opinião que mostra Jair Bolsonaro na disputa por um segundo lugar, e uma vaga no segundo turno, numa projeção para as eleições agendadas para 2018 (CNT/MDA, 2017).

Lembrando as três perguntas que, de acordo com o historiador estadunidense Robert Paxton, se respondidas positivamente nos apontam um caminho irreversível para o fascismo, já caminhamos rapidamente para a primeira resposta positiva. Eles estão se tornando enraizados em partidos que representam grandes interesses e sentimentos e conseguem ampla influência na cena política?

O desastre altamente provável do governo Temer nos levará certamente às outras duas respostas assustadoramente positivas. O sistema econômico e constitucional está num estado de bloqueio aparentemente insolúvel pelas autoridades existentes? Uma rápida mobilização política está ameaçando sair do controle das elites tradicionais ao ponto que elas busquem ajuda para manter a ordem?

A recomposição das classes dominantes tem data marcada para se encerrar na primeira grave crise do governo golpista. A reabertura da crise de hegemonia certamente abrirá espaços para um avanço de uma esquerda unificada, o que só ocorrerá mediante uma fria autocrítica de todos seus setores. A alternativa será o fascismo, ainda mais aberto do que as sutilezas autoritárias esperadas de qualquer governo ilegítimo.

Pavimentando este caminho, há dois temas massificados pela mídia hegemônica como os grandes males do Brasil, a corrupção e a suposta farrá fiscal da era PT no governo. Os roubos e desvios supostamente apurados na Lava Jato são apregoados como o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. Por outro lado, os problemas na economia se sustentam, pela narrativa hegemônica, na ideia de que o orçamento pública funcionaria como uma família ou firma, não podendo o governo gastar mais do que aquilo que arrecada.

A construção do discurso midiático procura entrelaçar as temáticas e construir a ideia subjacente de que um governo cuja estratégia econômica esteja centrada no dispêndio pública é intrinsecamente corrupto. Impõe-se no imaginário popular que o governo gasta demais não porque seria necessário, mas porque existiria um custo implícito relativo à corrupção em cada gasto pública.

Os que acreditam no que dizem os grandes órgãos de imprensa têm a certeza de que, sem os corruptos, estaríamos na Suécia. Ou seja, mesmo que os economistas ortodoxos mais sérios não coadunem com a formulação, vende-se subliminarmente a ideia de que uma vez resolvida a corrupção, as eventuais necessidades de ajuste fiscal seriam minoradas.

A construção deste cenário cumpre o papel de manter o funcionamento da economia em favor do um por cento mais rico. Enquanto se mantém a sociedade inebriada diante de sucessivos escândalos, pautas que jamais seriam aprovadas se efetivamente submetidas ao escrutínio popular avançam sem barreiras no Governo e no Congresso, onde é difícil definir onde começa um e onde termina o outro.

A Emenda Constitucional do Teto de Gastos recém-aprovada no Congresso Nacional foi qualificada como “uma medida ‘radical’ e sem ‘compaixão’, que vai atar as mãos dos futuros governantes e que terá impactos severos sobre os brasileiros mais vulneráveis, além de constituir uma violação de obrigações internacionais do Brasil” pelo relator especial para extrema pobreza e direitos humanos da ONU, Philip Alston (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016).

Uma nota de diversos professores de economia da UFRJ e a manifestação da congregação do Instituto de Economia da Unicamp contra a PEC mostram que a medida está longe de ser um consenso entre os economistas (BRASIL DEBATE, 2016). Aqueles favoráveis ao novo regime fiscal inscrito na Constituição não apresentaram um documento capaz de refutar o estudo “Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil” elaborado por iniciativa do Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert, GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e Plataforma Política Social, de modo que não há argumento sério que sustente o discurso da gastança desenfreada (FES; FORUM21; Plataforma Política Social; GT de Macro SEP, 2016).

O discurso propagado pelos citados *especialistas ligados à banca* de que os gastos públicos devem ser contidos obviamente não se restringem ao congelamento apresentado na emenda do teto dos gastos. Sob um discurso, normalmente explicitado apenas nos debates acadêmicos, de que a nossa previdência social seria muito generosa, faz-se dos gastos previdenciários o grande vilão das contas públicas e tenta se impor uma reforma em que uma aposentadoria integral só será obtida em idade acima da expectativa de vida de diversos estados brasileiros.

Já foram também anunciadas discussões sobre modificações na legislação trabalhista e, mais recentemente, um novo Refis perdoando as empresas sonegadas (e ainda há cínicos que dizem que era preciso afastar o PT para acabar com a corrupção). O pacote de maldades pretende devolver a maioria da população trabalhadora para condições anteriores à era Vargas.

O afastamento do PT do governo após o processo de impeachment devolve o Brasil a uma condição subalterna no jogo internacional. A cooperação do Ministério Público Federal, no âmbito da Lava Jato, diretamente com as autoridades estadunidenses sem intermediação do poder executivo brasileiro teve como consequência direta o desmonte da cadeia do petróleo e gás no país e o enfra-

quecimento do programa nuclear brasileiro (NASSIF, 2016). A inflexão nas relações internacionais do Brasil pós golpe, com esvaziamento do BRICS e do Mercosul e realinhamento automático com os EUA dá um panorama da dimensão geopolítica do golpe (FERNANDES, 2016) e deixa claro: o Brasil foi derrotado numa guerra híbrida (ESCOBAR, 2016).

O que talvez não esteja sendo levado em conta pelas elites é que as tímidas mudanças promovidas pela era PT no governo trouxeram à maioria do povo uma experiência de que a miséria não é condição natural, que a pobreza não é inexorável. A maioria das reformas necessárias de fato não foi feita, mas houve uma sensação de melhora experimentada pelas pessoas. Após o golpe, tem se seguido, e se acentuará, uma deterioração das condições de vida. Some-se a isto a iminente retirada de direitos históricos dos trabalhadores brasileiros e perceberemos que inevitavelmente ocorrerá uma convulsão social.

O caldo de cultura para revolta popular tende a se acentuar com a continuidade das delações premiadas incensada pela mídia e aumentará o descrédito geral da política. Figuras proeminentes de todas as agremiações políticas aparecem nas denúncias – à exceção, diga-se, da presidenta afastada, Dilma Rousseff. As redes sociais e a mídia alternativa tendem a desconstruir a imagem dos caçadores de corruptos que fecharam os olhos ao escândalo mãe da Lava Jato – o caso do Banestado –, que recebem salários nababescos acima do teto permitido ao serviço público e confraternizam sorridentes ao lado de ex-presidenciais e outros políticos do PSDB.

Neste quadro geral, as perspectivas para a sociedade brasileira não parecem nada animadoras. Se as instabilidades políticas não forem suficientes para a ebulição social, o ataque midiático que mantém o campo progressista acuado pode pavimentar a eleição de um fascista em 2018. Caso não haja tempo e se ameace algum tipo de revolta generalizada, o golpe dentro do golpe será inevitável.

Referências

BERGER, J. M.. *Nazis vs. ISIS on Twitter: A Comparative Study of White Nationalist and ISIS Online Social Media Networks*. Setembro de 2016. Disponível em <https://cchs.gwu.edu/sites/cchs.gwu.edu/files/downloads/Nazis%20v.%20ISIS%20Final_0.pdf>. Acesso em 10/02/2017.

BRASIL. Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12850.htm>. Acesso em 11/02/2017.

BRASIL. Lei 13.260 de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/13260.htm>. Acesso em 11/02/2017.

BRASIL DEBATE. *Economia da Unicamp e UFRJ contra a PEC do teto de gastos*. 29 de novembro de 2016. Disponível em <<http://brasildebate.com.br/economia-da-unicamp-e-ufrj-contr-a-pec-do-teto-de-gastos/>>. Acesso em 30/11/2016.

CASSIDY, J.. The Reinhart and Rogoff Controversy: A Summing Up. *New Yorker*. Nova Iorque., 26 de abril de 2013. Disponível em <<http://www.newyorker.com/news/john-cassidy/the-reinhart-and-rogoff-controversy-a-summing-up>>. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

CNT/MDA. *Pesquisa CNT/MDA: Relatório Síntese*. 8 a 11 de fevereiro de 2017. Disponível em <<http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/Integra%20CNTMDA%20Fevereiro%202017.pdf>>. Acesso em 16/02/2017.

COUTINHO, C. N.. *Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEUSTCHE WELLE. *Pope draws parallels between populism in Europe and rise of Hitler*. 22 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://www.dw.com/en/about-dw/profile/s-30688>>. Acesso em 09/02/2017.

DIEESE. *Nota Técnica número 153. Política de Valorização do Salário Mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00*. Dezembro de 2015 (atualizada em janeiro de 2016). Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.pdf>>. Acesso em 01/07/2016.

ESCOBAR, P.. O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida. In: *Outras Palavras: comunicação compartilhada e pós capitalismo*. 30 de março de 2016. Disponível em <<http://outraspalavras.net/brasil-o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>> Acesso em 18/02/2016.

FAGNANI, E.. A Previdência social não tem déficit. In: *Revista Política Social e Desenvolvimento*, v. 4, p. 14-22, 2015. Disponível em <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Revista_28.pdf>. Acesso em 10/02/2017.

FERNANDES, L.. Brasil: a dimensão geopolítica do golpe. In: *Outras Palavras: comunicação compartilhada e pós capitalismo*. Outubro de 2016. Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/brasil-a-dimensao-geopolitica-do-golpe-1/>> Acesso em 18/02/2016.

FES; Forum21; Plataforma Política Social; GT de Macro SEP. *Austeridade e retrocesso: Finanças públicas e política fiscal no Brasil*. São Paulo, 2016. Disponível em <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>. Acesso em 01/12/2016.

FIORI, J. L.. Longa duração e incerteza. In: *Carta Maior*. 28 de junho de 2015. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Longa-duracao-e-incerteza/33850>>. Acesso em 28/06/2015.

GENTIL, D. L.. *A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005*. 2006. 358 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GRAMSCI, A. *Selections of the prison notebooks*. Nova Iorque: International Publishers, 1971.

HERNDON, T.; ASH, M.; POLLIN, R.. Does high public debt consistently stifle economic growth? A critique of Reinhart and Rogoff. In: *Camb J Econ* 2013; 38 (2): 257-279. doi: 10.1093/cje/bet075. Disponível na internet em <<https://academic.oup.com/cje/article-abstract/38/2/257/1714018/Does-high-public-debt-consistently-stifle-economic?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

HOROWITZ, J.. Steve Bannon Cited Italian Thinker Who Inspired Fascism. In: *The New York Times*.

Nova Iorque, 10 de fevereiro 2017. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/10/world/europe/bannon-vatican-julius-evola-fascism.html?smid=fb-nytimes&smtyp=cur&_r=0>. Acesso em 10/02/2017.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação: segunda apuração*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KALECKI, M. *Aspectos políticos do pleno emprego*. Disponível em <<http://jornalgggn.com.br/noticia/aspectos-politicos-do-pleno-emprego-por-michal-kalecki>>. Acesso em 04/01/2015.

KRUGMAN, P. A morte de um conto de fadas. In: *O Estado de São Paulo*. 28 de abril de 2012. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-um-conto-de-fadas-imp-,866464>>. Acesso em 11/02/2017.

LUXEMBURGO, R. *A Crise da Social-Democracia – Folheto Junius*. Arquivo Marxista na Internet, 02 de julho de 2009. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>>. Acesso em 15/08/2012.

MARX, K. O Capital. *Crítica da Economia Política. Primeiro Livro – O Processo de Produção do Capital*. Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MARX, K.; ENGELS, F.. *Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Brasil: teto de 20 anos para o gasto público violará direitos humanos, alerta relator da ONU*. 09 de dezembro de 2016 (atualizada em 10 de dezembro de 2016). Disponível em <<https://nacoesunidas.org/brasil-teto-de-20-anos-para-o-gasto-publico-violara-direitos-humanos-alerta-relator-da-onu/>>. Acesso em 11/12/2016.

NASSIF, L. Xadrez do assassinato político e o papel do MPF. In: *Jornal GGN*. 11 de dezembro de 2016. Disponível em <<http://jornalgggn.com.br/noticia/xadrez-do-assassinato-politico-e-o-papel-do-mpf>>. Acesso em 13/12/2016.

O'BRIEN, M.. Forget Excel: This Was Reinhart and Rogoff's Biggest Mistake. *The Atlantic*. 18 de abril de 2013. Disponível em <<http://www.theatlantic.com/business/archive/2013/04/forget-excel-this-was-reinhart-and-rogooffs-biggest-mistake/275088/>>. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Levy vê urgência na reforma da Previdência para dar suporte a ajuste fiscal*. 16 de setembro de 2015. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,levy-poe-em-pauta-urgencia-na-reforma-da-previdencia-para-dar-suporte-a-ajuste-fiscal-,1763395>>. Acesso em 17/09/2015.

OXFAM. *Terrenos da Desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural*. Novembro de 2016. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos-desigualdade-brasil.pdf>>. Acesso em 10/12/2016.

OXFAM. *Uma economia para os 99%*. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf>. Acesso em 30/01/2017.

PAXTON, R. The five stages of fascism. In: *The Journal of Modern History*. V. 70, N. 1. The University of Chicago Press: Março, 1998. p. 1-23. Disponível em <http://w3.salemstate.edu/~cmauriello/pdfEuropean/Paxton_Five%20Stages%20of%20Fascism.pdf>. Acesso em 01/03/2016.

PIKETTY, T. *The capital in the twenty first century*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

QUEIROZ, A. A.. Histórico e ameaça de nova reforma da previdência. In: *Portal Vermelho*. 03 de junho de 2016. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=9&id_coluna_texto=7828>. Acesso em 10/02/2017.

REINHART, C.; ROGOFF, K.. Growth in a Time of Debt, Working Paper no. 15639. In: *National Bureau of Economic Research*. 2010A. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w15639>>. Acesso em 19 de dezembro de 2016.

REINHART, C.; ROGOFF, K.. Growth in a Time of Debt. In: *American Economic Review*, vol. 100, no. 2, 573–8, 2010B.

ROMEIRO, A. et alli. *Manifesto de professores universitários de economia*. Disponível em <<https://sites.google.com/site/manifestoeconomistas/>>. Acesso em 17/10/2014.

ROMER, P. *The Trouble With Macroeconomics*. Disponível em <<https://paulromer.net/wp-content/uploads/2016/09/WP-Trouble.pdf>>. Acesso em 29/10/2016.

SIMÃO, E.. Temer encaminha texto da Reforma da Previdência ao Congresso. In: *Valor Econômico*. 06 de dezembro de 2016. Disponível em <<http://www.valor.com.br/politica/4796945/temer-encaminha-texto-da-reforma-da-previdencia-ao-congresso>>. Acesso em 06/12/2016.

SOUZA, J.. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TAVARES et alli. “Democracia e desenvolvimento para todos”: Em defesa do futuro do Brasil. In: *Brasil Debate*. 13 de outubro de 2014. Disponível em <<http://brasildebate.com.br/economistas-com-dilma-o-brasil-nao-quer-voltar-atras/>>. Acesso em 13/10/2014

THE GUARDIAN. *Steve Bannon: ‘We’re going to war in the South China Sea ... no doubt’*. 02 de fevereiro de 2017. Disponível em <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/feb/02/steve-bannon-donald-trump-war-south-china-sea-no-doubt>>. Acesso em 02/02/2017.

United Nations. Goal 12: Ensure sustainable consumption and production patterns. In: *Sustainable Development Goals – 17 goals to transform our world*. 2015. Disponível em <<http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-consumption-production/>>. Acesso em 01/02/2017.

Worldwatch Institute. *The State of Consumption Today*. Disponível em <<http://www.worldwatch.org/node/810>>. Acesso em 03/02/2017.